

AS DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DO ALUNO ATÍPICO DA ESCOLA NO CAMPO

Thiago Mendonça de Lima¹
Márcia Cristina Barragan Moraes Toledo²

RESUMO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino ainda desconhecida para escolas no campo localizadas em municípios de pequeno porte, trazendo consigo uma grande dificuldade de abordagem, identificação e diagnóstico dos transtornos de aprendizagem e diferentes deficiências. Concomitante ao problema enfrentado, a falta de conhecimento das famílias sobre o assunto, além da situação econômica e social tornam esse diálogo cada vez mais delicado e problemático. A dificuldade de compreensão de melhoria da qualidade de vida para o estudante atípico torna o trabalho educacional ainda mais desafiador sem o apoio primordial da família. O presente artigo tem como principal finalidade mostrar que o trabalho conjunto com a sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE pode mudar essa realidade, assim como fazer a identificação e o mapeamento das maiores dificuldades e problemas enfrentados pelos estudantes atípicos nas escolas no campo, dos municípios de Monte Alegre-RN e Lagoa Salgada-RN. Diante do exposto o objetivo geral deste trabalho é evidenciar as perspectivas que o trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais - SRM no Atendimento Educacional Especializado - AEE pode trazer para o processo de diagnóstico de estudantes atípicos, assim como identificar as maiores dificuldades e problemas enfrentados por esse público alvo das escolas no campo. O referencial teórico metodológico apoiou-se na pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com base na pesquisa documental e na pesquisa de campo, por se tratar de uma pesquisa educacional de caráter etnográfico baseado na observação como principal técnica metodológica. A pesquisa demonstrou resultados parciais, uma vez que há muitas dificuldades ao acesso e posteriormente, ao fechamento do diagnóstico de estudantes das escolas no campo por especialistas. Assim, também encontrou-se dificuldades em sistematizar o Atendimento Educacional Especializado - AEE nas escolas no campo e conseqüentemente, a falta de orientação aos docentes no apoio da sala de aula.

Palavras-chave: Educação especial, Escola no Campo, Dificuldades, Perspectivas.

INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusiva durante muito tempo sofreu com estereótipos e maus entendimentos no que diz respeito a importância do diagnóstico de estudantes atípicos, isso se deve a falta de informação que a sociedade está sujeita, principalmente em comunidades pequenas e em escolas de pequeno porte no campo. Vale ressaltar aqui que a resistência dos familiares em investigar questões específicas causa um retrocesso

¹ Graduado em Letras e Pedagogia pela Universidade Potiguar- UNP, thiagomendonca.1998@gmail.com;

² Doutora pela Universidade Nove de Julho- UNINOVE- SP, marciamoraestoledo08@gmail.com;

para o desenvolvimento dos estudantes, assim como afeta diretamente sua qualidade de vida, considerando que a busca pelo diagnóstico nos elucida de diversas formas como trabalhar questões específicas com os estudantes e como abordar determinadas habilidades e competências para o seu desenvolvimento integral.

Por outro lado é importante destacar que tanto a educação especial quanto a educação no campo tiveram seus direitos reconhecidos de forma muito retardatária, fato esse que nos faz compreender melhor o motivo pelo qual ainda existam pais e familiares tão resistentes a entender as necessidades específicas de seus filhos ou parentes e o quanto um diagnóstico pode trazer melhorias para a vida desse estudante.

Outro ponto crucial que nos leva a acreditar que os familiares se recusam de iniciar um processo investigatório diante das iminentes necessidade do estudante é o fator social, o aluno da escola no campo acaba sofrendo duas vezes o preconceito e o estereótipo da sociedade, um por ser do campo e outro por ser atípico, levando dessa forma, em muitas situações as famílias a recusarem essa investigação.

Assim sendo, precisamos considerar o público alvo da rede pública de ensino dos municípios de Lagoa Salgada e Monte Alegre, no estado do Rio Grande do Norte que por meio da pesquisa de campo foi possível perceber a necessidade de investigação sobre essa problemática visto que muitos familiares dessas duas localidades passam por essas situações de dificuldade de reconhecimento da necessidade e da ajuda diante do que é conversado entre a família e a escola. Além disso, existem outros fatores que dificultam a busca pela investigação das necessidades específicas dos estudantes, a dificuldade de acesso ao setor público de protocolos e fluxos bem estabelecidos para que os familiares possam buscar informações e caminhos para encontrar respostas e direcionamentos corretos de quais setores podem buscar direcionamentos e ajuda.

O objetivo principal deste trabalho é evidenciar as perspectivas que o trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais - SRM no Atendimento Educacional Especializado - AEE pode trazer para o processo de diagnóstico de estudantes atípicos, assim como identificar as maiores dificuldades e problemas enfrentados por esse público alvo das escolas no campo.

Dessa forma pode-se afirmar que o período de observação feito nos dois municípios possibilitaram constatar algumas diferenças entre as realidades analisadas, além disso todo estudo da bibliografia nos respalda sobre o que vem sendo discutido neste trabalho.

Assim sendo, o trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais - SRM é de fundamental importância, visto que em Monte Alegre/RN, desde o início do ano letivo de 2023, se tem um trabalho sendo desenvolvido no que diz respeito à articulação e estabelecimento de fluxos para obtenção do laudo e investigação das necessidades educacionais específicas desse estudante, e a partir desse trabalho se tem uma mudança de realidade no que se refere a informação e acesso.

Além disso, a partir das consultas bibliográficas pode-se perceber e entender muitas facetas desse problema que é o entendimento das dificuldades do aluno do campo que precisa ir em busca de um diagnóstico para o seu pleno desenvolvimento, assim como a sistematização do Atendimento Educacional Especializado - AEE na escola no campo.

Desse modo, é importante frisar que as dificuldades são inúmeras e que a partir dessa elucidação podemos ter uma noção da dimensão dessas dificuldades, que vão desde a falta de orientação docente para lidar com essas necessidades educacionais específicas dos alunos até o entendimento de qual processo seguir para obtenção do seu diagnóstico conciso e eficiente.

METODOLOGIA

O referencial teórico metodológico utilizado é uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, com base na pesquisa de campo. Segundo Fonseca conceitua

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

De tal modo pode-se perceber que o autor é assertivo quando menciona que esse reconhecimento de informações está sendo usado como possível procura de resposta para o problema discutido, demonstrando de forma muito concreta que outros pesquisadores estudaram sobre esse assunto e desse modo viabiliza um aprofundamento na questão trazendo clareza e fluidez para o estudo em questão.

Com base na pesquisa documental e na pesquisa de campo realizada nos municípios de Monte Alegre e Lagoa Salgada no estado do Rio Grande do Norte foi possível elucidar dados esperados que justificam a discussão que vem sendo desenvolvida neste trabalho, a coleta de informações se deu no âmbito dos quantitativo de alunos dos dois municípios que são atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional, assim como a comparação do quantitativo de alunos que estudam nas escolas no campo e quantos desse quantitativo conseguem frequentar assiduamente os atendimentos.

É importante destacar que no município de Monte Alegre-RN existem atualmente um quantitativo de duzentos e cinquenta e cinco (255) estudantes matriculados na Educação Especial desse quantitativo cento e setenta e sete (177) são da zona urbana e apenas setenta e oito (78) são da zona rural, diante disso pode-se perceber que temos muito menos alunos matriculados na zona rural. E, também, atribuir essa diferença às diversas dificuldades enfrentadas por esses estudantes e suas famílias, tais como a dificuldade de locomoção, dificuldade de acesso, gasto com alimentação, falta de conhecimento adequado e compreensão da importância desse diagnóstico.

Além disso, é importante entender que dos setenta e oito (78) estudantes que estão matriculados na Educação Especial que são da zona rural apenas vinte e um (21) participam assiduamente dos atendimentos na sala de recursos multifuncionais, isso nos leva a pensar sobre todas as dificuldades mencionadas anteriormente e como elas refletem no desenvolvimento desses estudantes e como compromete a quantidade dos atendimentos.

No entanto, no município de Lagoa Salgada-RN o quantitativo de atendimentos é bem reduzido comparado ao município anterior sendo sessenta e quatro (64) estudantes matriculados na Educação Especial, uma questão que vale destacar é que em Lagoa Salgada o atendimento é feito na sala de Atendimento Educacional Especializado da Escola Municipal Presidente Café Filho, desses alunos matriculados apenas dez (10) são da zona rural,

Desse modo é importante ressaltar que este referencial metodológico está sendo desenvolvido com dados reais e concretos obtidos a partir da pesquisa documental e da pesquisa de campo feito nos dois municípios no qual em Lagoa Salgada as informações foram prestadas pela coordenação pedagógica da Educação Especial e pelos professores do AEE, assim como em Monte Alegre obtivemos dados a partir de documentos da Sala de Recursos Multifuncionais e da pesquisa de campo com as professoras do AEE.

Dito isso, evidencia-se que o contato direto com esses professores do Atendimento Educacional Especializado fez toda diferença para a coleta de dados e entendimento da realidade existente em ambos os municípios.

Vale ressaltar que a pesquisa fundamenta-se nos resultados produzidos pelo trabalho dos atendimentos feitos nas Salas de Recursos Multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado de modo que foi essencial para os resultados da pesquisa, salientando ainda que além de atendimento ao público da Educação Especial esse serviço também oferta para a rede de ensino, formação continuada para que cada vez mais os profissionais se sintam aptos a lidar com as situações diversas que surgem em sala de aula e pensando sempre na melhoria da qualidade do ensino.

Diante do exposto temos resultados parciais, considerando as diversas dificuldades que estão agora sendo mapeadas para a partir de então em discussões futuras se propor uma solução plausível e possível de ser atendida e que alcance a todos os interessados e envolvidos, portanto pode-se perceber a partir dos documentos disponibilizados a dificuldade existente nas escolas no campo de desenvolver um trabalho mais assertivo e direcionado no que diz respeito a educação especial e inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação do campo e no campo tem sido muito discutida por autores que têm estudado e dedicado seu tempo a pensar e refletir sobre essas questões e junto a essa temática tão importante nós pretendemos neste trabalho associar a essa discussão a temática da Educação Especial e Inclusiva e como isso acontece na escola no campo. Diante disso Caldart 2002 cita que:

No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (Caldart, 2002, p. 18).

Aqui a autora vem com clareza explicar a diferença de educação no campo e do campo, isso nos faz refletir sobre o modelo de educação que temos nas escolas no campo dos municípios de Monte Alegre e Lagoa Salgada, e como o referencial

curricular existente atualmente não nos permite especificar as necessidades humanas e sociais.

Dito isso é importante ressaltar que além dessa especificação de currículo os alunos que estudam na escola no campo precisam de outros subsídios para se desenvolverem em sua plenitude e acima de tudo é extremamente importante que tenham direito a acesso e a informação.

Por outro lado a Educação Especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, constitui uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, devendo assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular. Essa perspectiva foi reforçada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que propõe a substituição do modelo segregador por práticas educacionais que favoreçam a inclusão e a equidade.

O AEE é um serviço pedagógico de caráter contínuo e articulado à proposta curricular da escola. Sua função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que promovam a autonomia e a ampliação das capacidades dos estudantes (BRASIL, 2008).

Nas escolas do campo, essas dificuldades são intensificadas por fatores socioeconômicos, culturais e geográficos. Muitas vezes, o acesso ao diagnóstico e ao acompanhamento multiprofissional é limitado, o que impacta diretamente na identificação precoce de deficiências e transtornos de aprendizagem (ARROYO, 2012).

Além disso, o distanciamento das famílias dos processos educativos e a falta de informação sobre os direitos educacionais das crianças e adolescentes com transtorno e deficiência contribuem para a manutenção de barreiras atitudinais e institucionais.

Nesse sentido, a Sala de Recursos Multifuncionais configura-se como um espaço estratégico de apoio ao processo de inclusão, na medida em que possibilita o desenvolvimento de práticas diferenciadas, o uso de tecnologias assistivas e o planejamento colaborativo entre o professor do AEE e o professor da classe regular (FERNANDES, 2011). A articulação entre esses profissionais é essencial para que o atendimento não se torne paralelo, mas integrador, ampliando as oportunidades de aprendizagem dos estudantes com transtornos e deficiências.

Porém, como aponta Mazzotta (2011), a consolidação de práticas inclusivas depende de políticas públicas efetivas, formação continuada de professores e

investimentos adequados na estrutura física e pedagógica das escolas. No caso das escolas do campo, isso requer ações intersetoriais e estratégias que considerem as especificidades socioculturais e territoriais das comunidades rurais.

Assim, compreender o papel do AEE e das SRMs nas escolas do campo é essencial para repensar a inclusão educacional como um direito e não como uma concessão. É preciso fortalecer o diálogo entre escola e família, promover a formação docente e garantir condições para que o estudante atípico tenha acesso a uma educação de qualidade que valorize suas singularidades, promovendo o desenvolvimento pleno e a cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A verificação dos dados obtidos por meio da observação e da pesquisa de campo nos fez perceber que as escolas no campo nos municípios de Monte Alegre-RN e Lagoa Salgada-RN enfrentam desafios significativos na efetivação das práticas inclusivas e no funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais. A ausência de profissionais especializados em quantidade suficiente, a escassez de formações continuadas voltadas à Educação Especial e a dificuldade de acesso a serviços de diagnóstico são coisas que comprometem a identificação precoce das necessidades educacionais dos estudantes atípicos.

Durante a observação, foi possível constatar que todas as escolas rurais não dispõem de estrutura adequada própria para o desenvolvimento do AEE. Em virtude disso o atendimento acaba sendo centralizado em um espaço urbano destinado à SRM que acontece em espaços distantes da realidade do campo, tal fato limita o uso de materiais pedagógicos e tecnológicos específicos.

Em resumo, os resultados mostram claramente que existe a necessidade urgente de investimentos estruturais, formativos e intersetoriais nas escolas no campo, a fim de fortalecer o AEE e garantir a efetividade das Salas de Recursos Multifuncionais. É extremamente importante que as políticas públicas considerem a realidade do campo como um espaço legítimo de atuação inclusiva, promovendo ações de formação docente, acompanhamento técnico e envolvimento da comunidade escolar.

Dessa forma, os dados discutidos confirmam que a Educação Especial no campo ainda é um lugar de muitos desafios, mas também de possibilidades. O trabalho colaborativo, o diálogo com a comunidade escolar e familiares, o fortalecimento das

práticas pedagógicas inclusivas, tudo isso pode transformar a escola do campo em um ambiente de pertencimento, aprendizagem e cidadania para todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho foi possível refletir sobre os desafios e possibilidades da Educação Especial no contexto das escolas no campo, especialmente nos municípios de Monte Alegre-RN e Lagoa Salgada-RN. As observações realizadas deixaram claro que, embora haja esforços significativos de professores e gestores, ainda persistem obstáculos estruturais, pedagógicos e sociais que dificultam a efetivação de uma prática educativa verdadeiramente inclusiva, considerando o acesso à permanência e a manutenção dos direitos das crianças e adolescentes presentes no ambiente escolar.

Outro fator importante diz respeito à participação das famílias no processo educativo. O desconhecimento sobre os direitos e o papel fundamental da Educação Especial, somado às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas comunidades rurais, ainda constitui uma barreira para o acompanhamento escolar dos estudantes com deficiência ou transtornos de aprendizagem. A relação mais próxima entre escola e família, portanto, é condição essencial para o sucesso das práticas inclusivas.

Assim sendo, conclui-se que para o fortalecimento da Educação Especial acontecer nas escolas no campo é preciso que aconteça uma ação conjunta entre poder público, escola e comunidade. É indispensável reconhecer o AEE e as SRMs como instrumentos de transformação social e de promoção da equidade educacional e melhoria da qualidade de vida. Somente assim será possível garantir uma educação que respeite as diferenças, valorize as potencialidades e assegure o direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições ou do território em que vivem.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96.

CALDART, R. S. (2002). Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: DF.

FERNANDES, S. O atendimento educacional especializado e a formação docente. Campinas: Papirus, 2011.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.